



As Crianças do Divórcio

Pois é, a família e a existência do divórcio traz algumas consequências psicológicas para nossas crianças e jovens.

Talvez, o tema divórcio, possa parecer à primeira vista algo já bem batido, conversado; mas em termos psicológicos sempre é algo com que talvez tenhamos que lidar com as crianças que nos chegam na evangelização ou mesmo por situações que temos que passar em nossa própria família.

Assim, vamos conversar um cadinho sobre:

- 1) Qual a visão que a Doutrina Espírita tem com relação ao divórcio?
- 2) Como ele pode vir a afetar nossas crianças e jovens?
- 3) Quais os caminhos que temos para lidar com situações de rebeldia, de uma regressão, ou seja, de aspectos negativos que a criança ou o jovem possa a ver apresentar em função dessa situação familiar?

Texto de apoio:

CONTARDO CALLIGARIS

As crianças do divórcio

De 31 de outubro a 4 de novembro de 2000, acontecerá em Curitiba o Congresso Internacional de Ética e Cidadania. Apresentarei um relatório sobre as mudanças na família contemporânea.

É um tema ideal para um encontro no qual dialogarão juristas e psicanalistas. Pois, no caso da família, é possível verificar como as mudanças jurídicas pesam na transformação de nossa subjetividade.

Começarei por 1969, quando, na Califórnia, aceitou-se que maridos e mulheres se divorciassem sem pretextar adultérios ou crueldades físicas e mentais.

Os legisladores ratificaram, assim, a opinião da maioria. Claro, há casamentos em que os cônjuges traem a confiança recíproca ou passam o tempo se jogando louça na cabeça. Mas, pensavam os californianos, na maioria dos casos, isso não é necessário para querer se separar. Chega de ter que inventar amantes e manchas roxas para convencer o juiz.

A lei autorizou, então, que dois adultos casados pudessem separar-se, desde que um deles, sem dramas e culpas, simplesmente não estivesse mais a fim.

Você sabe como é, o tempo passa, o amor se perde, as crianças gritam, os cabelos do parceiro embranquecem e a pessoa se pergunta: não será a hora de viver dias mais agradáveis?

A lei californiana conquistou rapidamente o resto dos Estados Unidos e do mundo. Ganhou até nos lugares onde se divorciar continuou sendo complicado.

Pois, de qualquer forma, a lei californiana promoveu um novo padrão de racionalidade em matéria de casamento. Tornou-se banal considerar que é legítimo (ou seja, justo, mesmo se não for legal) separar-se, quebrar uma família, quando um dos dois ou os dois acham que o laço perdeu a graça.

Faz sentido. Tentar ser feliz é um direito moderno. Por que deixaríamos que o casamento infernizasse nossa vida? Com a facilidade dos divórcios, surgiu a pergunta: como as crianças lidarão com essa experiência?

A psicologia produziu uma série de afirmações apressadas. Sem verificar, assegurou que seria muito melhor para os

filhos lidar com a separação dos pais que assistir às suas brigas cotidianas e à sua constante infelicidade.

Geralmente, acrescentou que, por mais que seja doloroso, o divórcio, para a criança, seria uma crise passageira.

Essas idéias eram palavras para justificar uma prática social que corresponde aos desejos dos adultos. J.Wallerstein, J.Lewis e S.Blakeslee acabam de publicar "The Unexpected Legacy of Divorce" (A herança inesperada do divórcio, Hyperion, NY), em que pesquisam filhos e filhas de divorciados ao longo de 25 anos. Demonstram que, para as crianças, o divórcio não é uma crise passageira, mas acarreta consequências que incidem sobre a vida adulta. Salvo casos de violência explícita, as crianças são mais felizes com uma família que se mantenha unida, mesmo que seja de briga em briga.

No livro, o divórcio é culpado por todo tipo de sequela nas crianças, desde depressões severas até dificuldades tardias na vida sentimental e amorosa. Os fatos são convincentes, mas faz falta uma explicação mais satisfatória que a trivialidade segundo a qual o divórcio seria traumático por produzir abandono ou, no mínimo, negligência por parte dos pais - muito preocupados em refazer suas vidas.

Ora, numa recente emissão de rádio consagrada ao livro, um sujeito telefonou para comentar: "Pois é, concordo com tudo, mas será que os pais não têm direito de ser um pouco felizes?".

A pergunta manifesta qual foi a mudança subjetiva ratificada pela lei californiana e desde então adotada pela consciência moderna. Ela diz que o projeto de ser feliz é mais importante do que qualquer obrigação -inclusive a de criar as crianças no quadro de uma família. Os pais que se divorciam transmitem esta opção a seus rebentos, que se tornam, portanto, os arautos da nova disposição subjetiva, assim resumida: o que mais importa é se dar bem.

A mudança em questão explica muito do que nos estranha na conduta das crianças do divórcio e, por extensão, dos jovens. Pois, quer seus pais sejam divorciados quer não, todos os jovens pertencem hoje à (primeira) geração do divórcio. São filhos da época em que a única obrigação institucional que sobreviveu na modernidade -a da família- cedeu, enfim, diante do ditado: procure sua felicidade individual!

Não é o caso de moralizar sobre essa mudança institucional e subjetiva.

Seria apenas um exercício de nostalgia estéril e um pouco hipócrita. As autoras do livro sugerem uma série de medidas terapêuticas e preventivas para ajudar as crianças do divórcio. São idéias para limitar os danos, pois é duvidoso que possamos resistir a uma mudança já incorporada por nossa cultura.

Muitas vezes nos queixamos, porque nossos rebentos se engajariam pouco em causas nobres, se drogariam mais, tentariam prosperar sem suar nenhuma camisa e outros lugares-comuns da besteira parental. De fato, os ditos rebentos respondem ao que lhes foi transmitido quando decidimos que nosso anseio de felicidade, conforto e prazer não deve recuar- nem mesmo pelo bem deles.

<http://www.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2610200030.htm>

Folha de são paulo, São Paulo, quinta-feira, 26 de outubro de 2000

Celso F. Rocca - advogado - São Carlos - SP